

GILBERTO FREYRE E A REPRESENTAÇÃO FEMININA NA INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA SOCIEDADE PATRIARCAL NO BRASIL¹

GILBERTO FREYRE AND THE FEMININE REPRESENTATION IN THE INTRODUCTION TO THE HISTORY OF PATRIARCAL SOCIETY IN BRAZIL

MÁRCIO FERREIRA DE SOUZA²

Recebido em: 15/04/2011

Aprovado em: 30/10/2011

RESUMO

Na trilogia *Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*, Gilberto Freyre desenvolve teses focadas na dimensão da intimidade brasileira e sua extensão para a vida pública. Dentro da tradição ensaística, pode ser considerado pioneiro na abordagem das mulheres como sujeitos relevantes para a construção da vida pública. Em sua trilogia, estas são apresentadas em três tempos na sociedade patriarcal: no período da formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal (*Casa-grande & senzala*, 1933); na decadência do patriarcado rural e no desenvolvimento do urbano (*Sobrados e mucambos*, 1936); e no processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal sob o regime de trabalho livre (*Ordem e progresso*, 1959). Neste artigo, busco abordar a discussão estabelecida por Freyre em sua análise sobre a transição da sociedade patriarcal para uma sociedade moderna, descrevendo como este autor construiu sua visão acerca da representação do feminino em três dimensões temporais da história brasileira: os períodos Colonial, Imperial e Republicano.

Palavras-chave: Gilberto Freyre; Mulheres; Patriarcado; Pensamento social no Brasil.

ABSTRACT

In the trilogy *Introduction to the history of patriarchal society in Brazil*, Gilberto Freyre develops theses about dimension of Brazilian privacy and its extension for the public life. Inside of sociological tradition it can be considered pioneering in the studies of women as citizens for the construction of the public life. In its trilogy these are presented in three times in the patriarchal society: the period of Brazilian family formation under the patriarchal economy regimen (*Casa-grande & senzala*, 1933); the fall of agricultural patriarchy and the urbanization development (*Sobrados e mucambos*, 1936) and the process of semipatriarcal and patriarchal societies disintegration under the free work regimen (*Ordem e progresso*, 1959). In the present article I search to approach the arguments established for Freyre in its analysis about the transition of patriarchal society for a modern society, describing as this author constructed his vision concerning the feminine representation in three dimensions of Brazilian history: Colonial, Imperial and Republican periods.
Keywords: Gilberto Freyre; Women; Patriarchy; Brazilian social thought.

¹ Este artigo foi apresentado no VI Encontro da Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas (REDEFEM), ocorrido em Belo Horizonte, em 2008. Esta versão incorpora algumas modificações em relação à primeira.

² Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Professor adjunto do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).
E-mail: marciousofouza@fafcs.ufu.br

1 Introdução

Até Gilberto Freyre, a tradição ensaística brasileira pouca ênfase havia atribuído ao papel das mulheres para a construção da vida social. Um balanço acurado sobre os mais relevantes autores pertencentes ao campo de estudos do pensamento social no Brasil possibilita uma verificação desta afirmação. Esta não é uma tendência exclusiva deste país, mas do campo das análises sociológicas em geral, nas quais, ao longo de muitos anos, as mulheres, quando apareciam, tinham seu papel legado ao pano de fundo no cenário da vida social. Se Marx contribuiu para dar visibilidade à classe trabalhadora, que até a segunda metade do século XIX esteve oculta, é somente a partir da década de 1970 que as mulheres passarão a ser vistas também como protagonistas do mundo social, como sujeitos da ação, isso graças ao movimento feminista³.

O padre André João Antonil observou a vida social brasileira em seu estudo clássico *Cultura e Opulência do Brasil* (1711), descrevendo a engrenagem e funcionamento do engenho de açúcar. Neste estudo, ressaltou uma tipologia de diversos personagens que contribuíam para o movimento social no entorno do sistema do engenho. Aparecem os senhores do engenho, o feitor-mor e outros feitores, o mestre do açúcar, o purgado e o caixeiro. As mulheres, por sua vez, entram em cena em algumas passagens - particularmente quando se trata das mulheres dos senhores de engenho. Porém, estas aparecem de forma pejorativa, visto que Antonil registrou, em sua escrita, as atitudes de mulheres em condições socialmente superiores às de outras mulheres,

socialmente inferiores, como atitudes presunçosas. Estas exigem tratamento de rainha frente às mulheres dos lavradores tomadas como criadas, para, dessa maneira, “parecer entre elas como a Lua entre as estrelas menores” (ANTONIL, 1982, p. 78). Já Auguste Saint-Hilaire (1940, p. 138) chegou a registrar a situação de inferioridade social das mulheres no Brasil como sendo “a primeira escrava da casa”, antes mesmo do que o cão.

Em algumas publicações no campo da História do Brasil, encontramos referências às mulheres também de uma maneira muito peculiar. Estas referências ocorrem quando se trata de personagens mais emblemáticas, cujas posições sociais e políticas são mais significativas, como D. Carlota Joaquina, por exemplo, que figura como um dos capítulos do livro *D. João VI no Brasil* (1909), de Oliveira Lima. Neste caso, porém, o foco central é D. João VI. Em outros casos, autores como Oliveira Vianna, em *Populações Meridionais no Brasil* (1920) e Sérgio Buarque, em *Raízes do Brasil* (1936), trataram da história da família no Brasil. Sob tal enfoque, as mulheres aparecem na vida cotidiana confinadas à dimensão doméstica. Foram particularmente retratadas por sua condição de subserviência e a partir do seu papel secundário na vida social.⁴

Gilberto Freyre, em sua publicação seminal *Casa-grande & senzala* (1933), realiza um estudo acerca da formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Nesta publicação, um enfoque maior passa a ser dado às mulheres. Ainda que seja destacada especialmente sua inserção na vida privada doméstica - visto que este era o espaço limitado para a condição femi-

³ Lengermann e Niebrugge-Bruntley fazem um interessante paralelo entre a teoria feminista e a teoria marxiana, destacando a contribuição de Karl Marx para o conhecimento que temos da sociedade: a demonstração de que o mundo pode ser observado do ponto de vista dos trabalhadores que, embora sejam subordinados política e economicamente, são os produtores indispensáveis do nosso mundo. Estas autoras salientam que as questões teóricas do feminismo nos levam a descobrir que o que havíamos considerado que constitua conhecimento universal e absoluto do mundo é, na realidade, um conhecimento derivado das experiências de um segmento poderoso da sociedade, os homens como “amos”. Ao redescobrir o mundo, este conhecimento se relativiza (LENGERMANN; NIEBRUGGE-BRUNTLEY apud RITZER, 2002).

⁴ Das poucas mulheres escritoras, existentes até então, algumas destacaram, de modo mais contundente, a condição de opressão a que eram submetidas as mulheres brasileiras, dentre as quais Nísia Floresta merece especial destaque e a quem Gilberto Freyre faz algumas referências.

nina no mundo colonial e agrário –, há que se considerar que Gilberto Freyre, ao tratar da vida social brasileira, marcou sua análise com aspectos bastante originais. Além da propaganda inovação metodológica, em que utiliza uma base documental nada ortodoxa – diários íntimos, livros de viagens, cartas, cadernos de receitas, depoimentos pessoais escritos e orais, livros de modinhas, romances etc. –, o autor não se limita às mulheres dos senhores de engenho. Em sua abordagem, mereceram destaque mulheres de diferentes condições sociais (livres ou escravas), raciais (brancas, negras e indígenas) e de gerações (jovens ou senhoras).

Ainda que viesse apontar para a situação das mulheres vistas como objeto sexual, o autor chegou a abordar importantes questões que envolvem a condição feminina: o casamento em suas variadas dimensões (aristocráticos, consanguíneos, precoces), a maternidade, a sexualidade, a monogamia e poligamia, a prostituição colonial das negras, a virgindade, a menstruação, a moral feminina, os costumes, a nudez, a higiene corporal, a vida sentimental das sinhozinhas, o quarto das moças, as iaiás solteironas, a moda feminina, a violência contra as mulheres, dentre outros temas.

Em *Sobrados e mucambos* (1936), que configura o segundo livro de sua trilogia, denominada *Introdução à história da sociedade patriarcal*, Freyre aborda a “decadência do patriarcado rural e o desenvolvimento do urbano”. Nota-se, no referido trabalho a observação do autor acerca da transformação da condição feminina a partir do processo de transformação da vida social brasileira. Freyre descreve ainda, nas volumosas páginas de *Sobrados e mucambos*, a opressão feminina e muitos dos seus resultados para a vida íntima e social das mulheres. No capítulo IV, intitulado “A mulher e o homem”, ressalta a moral vigente sob os auspícios do regime patriarcal agrário, que buscava estabelecer uma conformação do masculino e do feminino a partir de elemen-

tos opostos, simbolicamente identificadores da condição específica de cada gênero. Ao homem, por exemplo, associavam-se as barbas e bigodes, o cavalo e outros símbolos do considerado “sexo dominante”. Os elementos femininos, por seu turno, estavam circunscritos pela moda, as meias de seda, o espartilho, os penteados etc. Registrou Freyre que “é característico do regime patriarcal, o homem fazer da mulher uma criatura tão diferente dele quanto possível. Ele, o sexo forte, ela o fraco; ele o sexo nobre, ela o belo” (FREYRE, 2002, p. 805). Porém, a beleza que se deseja da mulher, no regime patriarcal, “é uma beleza meio mórbida. A menina do tipo franzino, quase doente. Ou então a senhora gorda, mole, caseira, maternal, coxas e nádegas largas” (FREYRE, 2002, p. 805).

Devido à rígida demarcação da diferenciação entre os sexos masculino e feminino, que, segundo Freyre (2002, p. 805), seria mais conveniente à exploração da mulher pelo homem, justificar-se-ia um “padrão duplo de moralidade, dando ao homem todas as liberdades de gozo físico do amor e limitando o da mulher a ir para a cama com o marido”. Para a mulher, o gozo acompanhado da obrigação “de conceber, parir, ter filho, criar menino” (FREYRE, 2002, p. 805). Freyre ainda complementa apontando que este “padrão duplo de moralidade”, para além da atividade sexual, estender-se-ia à vida social, dando “ao homem todas as oportunidades de iniciativa, de ação social, de contatos diversos, limitando as oportunidades da mulher ao serviço e às artes domésticas, ao contato com os filhos, a parentela, as amas, as velhas, os escravos” (FREYRE, 2002, p. 805).

Fazem-se também presentes, em *Sobrados e mucambos*, temas da análise da vida conjugal, tais como o adultério, o amor romântico e os preconceitos sociais, a exacerbação da sexualidade, a mancebia de brancos e negras, os maridos enganados, os filhos naturais, além de discussões sobre as

mulheres nos campos da saúde e da higiene (os banhos, as doenças das mulheres dos sobrados etc.) e do direito (a lei sujeitando a mulher ao homem).

Em *Ordem e progresso* (1959), Gilberto Freyre discute a desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal na transição do regime de trabalho escravo para o de trabalho livre, enfocando o período republicano em seu momento inicial até as três primeiras décadas do século XX. A organização deste livro é consideravelmente peculiar, já que não obedece a uma estrutura convencional formada por capítulos, mas é elaborada a partir de ensaios temáticos. Uma de suas teses se concentra na explicação de como a ordem social se mantém no cenário de transformação política, e, por outro lado, o autor também questiona sobre o que possibilitará a ordem democrática existente na relação entre monarquia e patriarcado no período Imperial.

No que seja concernente à dimensão de gênero, Freyre aborda a permanência da tradição vista através do processo de socialização de meninos e meninas como claramente definidos e diferenciados, a partir das atividades e dos jogos que localizarão o papel e o lugar de cada gênero. Brincadeiras como soltar pipa ou papagaio, “pular carniça” ou “academia” eram atividades de meninos, enquanto as meninas “pulavam corda ou cantavam em roda”. Escreve Freyre (1959, p. 85) que “Dona Virgínia Cavalcante, nascida em São Bento, no sertão de Pernambuco, mas educada no Recife, recorda quais eram os brinquedos prediletos das meninas do seu tempo: ciranda, cirandinha, Senhora Viúva; mas também Cabra-cega” e o Boca-de-forno. Brinquedos que algumas iaiás consideravam de “machonas”. Nesse sentido, o autor estava se referindo a um processo de transformação do lugar social ocupado pelas mulheres. Há registros das diferenças sociais das crianças através dos brinquedos, como, por exemplo, com relação às bonecas: “brincar

com boneca de pano era sinal de ser menina de gente inferior” (FREYRE, 1959, p. 89). As meninas burguesas brincavam com bonecas de louça, geralmente louras, dentro dos padrões europeus. Freyre irá atentar para a oposição entre a adoção de um comportamento de feição europeia, percebido no contexto das famílias burguesas, e um ordenamento social de raízes agrária e estrutura patriarcal (FREYRE, 1959, p. 90).

Nas três obras que compõem a trilogia denominada *Introdução à história da sociedade patriarcal*, Gilberto Freyre atendeu para a análise das formas internalizadoras da ordem, vistas por meio do processo de socialização na sociedade brasileira. Por meio da análise freireana, é possível observar como este autor trabalhou a dimensão dos papéis sexuais e suas transformações à medida que o processo de modernização brasileira avança até atingir os usos e costumes, ditando novas formas de socialização e de comportamento, seja nos campos gerais da vida social, seja nas dimensões mais específicas da vida privada, como a de gênero. O autor não perdeu de vista, porém, a ideia de que o patriarcado permanece, pois era uma forte base de sustentação da vida brasileira.

2 A literatura feminista e o conceito de Patriarcado

Os estudos feitos sobre as mulheres, por obra da literatura feminista, enfatizaram a dimensão do poder, seja através das análises de gênero (RUBIN, 1975; SCOTT, 1990) ou valendo-se do conceito de patriarcado (PATEMAN, 1993; AGUIAR, 2002; MACHADO, 2000; SAFFIOTI, 2004). Gayle Rubin (1975) foi uma das primeiras sistematizadoras do conceito de gênero do ponto de vista feminista, ao estabelecer uma crítica a determinadas explicações difundidas sobre a gênese da desigualdade sexual e esboçar elementos para uma explicação alternativa a este problema. Desenvolve

importante crítica às teorias marxistas apontando que estas têm um considerável poder explicativo para a opressão de classe, mas, no que diz respeito à opressão das mulheres, deixa a desejar. A proposta estabelecida pela referida autora foi a de preencher a lacuna deixada pela teoria marxista, que vê a opressão da força do trabalho de um ponto de vista independente da opressão de gênero. Dessa maneira procurou estabelecer a sobreposição da antropologia (por intermédio de Lèvi-Strauss) e da psicanálise (baseando-se em Freud), apresentando a definição de sistema de sexo/gênero como o “conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1975, p. 2). Gayle Rubin ressaltou o sistema sexo/gênero como variável, pois pode haver desde um sistema opressivo de gênero até um sistema igualitário. Ainda atenta para a existência de um sistema onde não há dominação, como os sistemas democráticos – dessa maneira, a noção de patriarcado não seria suficiente para a autora.

Joan Scott (1990), outra importante feminista, enfatizou a perspectiva política. De acordo com a concepção desta autora, a narrativa histórica – da história das mulheres – tratando isoladamente as mulheres, apenas confirma uma relação marginal e particularizada em comparação aos temas masculinos já estabelecidos como dominantes e universais.

O advento do conceito de gênero no âmbito da academia não eliminou, porém, a utilização do conceito de patriarcado como categoria analítica. Muitas autoras destacaram a importância deste conceito nos estudos sobre as mulheres. Conforme Saffioti (2004), o conceito de patriarcado permanece como uma categoria analítica importante porque tem a capacidade de ressaltar, com maior ênfase, a desigualdade no âmbito das

relações hierarquizadas. Sendo assim, torna-se um conceito válido para discutir a desigualdade entre os gêneros. A violência contra as mulheres é um dos exemplos discutidos por Saffioti, e tal questão é ressaltada sob a argumentação de que se trata de uma forma de subordinação e uma maneira pela qual as desigualdades se explicitam, já que, ainda que sofram violência, tornam-se, de certa maneira, “culpadas”.

Lia Zanotta Machado (2000), por sua vez, irá valorizar o conceito de gênero por entender que este implica a visão de que as relações entre homens e mulheres não são relações fixas, mas, ao mesmo tempo, a autora defende o conceito de patriarcado como importante para compreender as formas históricas que determinaram a dominação masculina – trata-se de um conceito fixo. Gênero e patriarcado, na concepção de Machado, não se opõem nem se excluem.

Neuma Aguiar (2002) desenvolve a observação de que Gilberto Freyre foi um dos autores, no campo do pensamento social brasileiro, que mais se detiveram na análise do patriarcado. Observou esta autora que “o patriarcalismo estabeleceu-se no Brasil como uma estratégia da colonização portuguesa” (AGUIAR, 2000, p. 308). O grupo doméstico rural e o regime da escravidão tornaram-se as bases institucionais desta forma de dominação. De fato, quando Freyre aborda a questão da mulher na formação do Brasil, argumenta que a híbrida sociedade brasileira

[...] é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado; no máximo de contemporização da cultura advéncia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado. Organizou-se uma sociedade cristã na superestrutura, com a mulher indígena, recém batizada, por esposa

e mãe de família; e servindo-se em sua economia e vida doméstica de muitas das tradições, experiências e utensílios da gente autóctone (FREYRE, 2002, p. 230).

Freyre descreve ainda que muitos portugueses, mesmo aqueles mais abastados e até “alguns neerlandeses abrasados de paixões” (FREYRE, 2002, p. 230)⁵ iam buscar entre as filhas das caboclas esposas legítimas. Ressaltou que essa união entre europeus com índias ou com suas filhas se dava não por escassez de mulher branca, “mas por decidida preferência sexual” (FREYRE, 2002, p. 230). Segundo o autor, “a transição com o elemento nativo se impunha à política colonial portuguesa: as circunstâncias facilitaram-na” (FREYRE, 2002, p. 230). Dessa maneira “a luxúria dos indivíduos soltos sem família, no meio da indiada nua, vinha servir a poderosas razões de estado no sentido de rápido povoamento mestiço da nova terra” (FREYRE, 2002, p. 230).

Além de considerar a mulher indígena como “a base física da família brasileira, aquela em que se apoiou, robustecendo-se e multiplicando-se, a energia de reduzido número de povoadores europeus” (FREYRE, 2002, p. 230), Freyre aponta para sua condição de “valioso elemento de cultura, pelo menos material, na formação brasileira”. Isto pelo fato de que foi por seu intermédio que “enriquece-se a vida no Brasil [...], de uma série de alimentos ainda hoje em uso, de drogas, de remédios caseiros, de tradições ligadas ao desenvolvimento da criança, de um conjunto de utensílios de cozinha, de processos de higiene tropical” (FREYRE, 2002, p. 230).

O autor ainda enumera a contribuição da cunhã ao desenvolvimento social do Brasil, dentre elas, o hábito do banho frequente ou diário e a higiene doméstica. Com base no relato de vários cronistas, dentre eles

Gabriel Soares, que escreveu sobre os Tupinambá, Freyre relata que

Os machos é que ‘costumam a roçar os matos, e os queimam e limpam a terra deles’; que ‘vão buscar lenha com que se aquecem e se servem porque não dormem sem fogo ao longo das redes, que é sua cama’; que ‘costumam ir lavar as redes aos rios quando estão sujas’. Isto sem insistirmos nas responsabilidades principais do homem de abastecer a taba de carne e de peixe e de defendê-la de inimigos e de animais bravios (FREYRE, 2002, p. 250).

Freyre complementa, porém, com base em Léry, que as mulheres “trabalhavam, sem comparação, mais do que os homens” (FREYRE, 2002, p. 250). Este autor preocupou-se com descrições pormenorizadas e advertiu que o próprio Gabriel Soares “não precisa de que sexo ou idade fosse cada uma das atividades de caráter industrial ou artístico que encontrou entre os Tupinambá” (FREYRE, 2002, p. 250)⁶. Por outro lado, reforçou sua argumentação de que “sob o ponto de vista da organização agrária em que se estabilizou a colonização portuguesa do Brasil, maior foi a utilidade social e econômica da mulher que a do homem indígena” (FREYRE, 2002, p. 251) e que “a toda contribuição que se exigiu dela na formação social do Brasil [...] a cunha correspondeu vantajosamente” (FREYRE, 2002, p. 251). Um aspecto considerável, também ressaltado por Freyre, é o de que “entre os seus era a mulher índia o principal valor econômico e técnico. Um pouco besta de carga e um pouco escrava do homem. Mas superior a ele na capacidade de utilizar as cousas e de produzir o necessário à vida e conforto comuns” (FREYRE, 2002, p. 251).

⁵ Esta descrição é feita a partir do relato de Zacarias Wagner, no século XVII,

⁶ Eis mais um indício da preocupação de Freyre com a questão de gênero.

As Mulheres Negras marcam forte presença na análise de Freyre, que ressalta, sobretudo, a grande influência dos africanos na vida sexual e familiar do brasileiro: “em tudo que é expressão sincera da vida, trazemos quase todos a marca da influência negra” (FREYRE, 2002, p. 396). Com relação à mulher negra, descreve sobre as mães-pretas que

Referem as tradições, o lugar verdadeiramente de honra que ficavam ocupando no seio das famílias patriarcais. Alforriadas, arredondavam-se quase sempre em pretalhonas enormes. Negras a quem se faziam todas as vontades: os meninos tomavam-lhes a bênção; os escravos tratavam-nas de senhoras; os boleceiros andavam com elas de carro. E dia de festa, quem as visse anchas e enganjentas entre os brancos de casa, havia de supô-las senhoras bem nascidas; nunca ex-escravas vindas da senzala (FREYRE, 2002, p. 453).

As mulatas são apontadas como mulheres de “ardência sexual fora do comum”, o elemento de “superexcitação sexual”, que “ao natural, ou enfeitada e artificializada [...] sempre teve o seu quindim para o branco” (FREYRE, 2002, p. 1.240). São vistas como fomentadoras dos desejos proibidos e libertinos dos homens: “é procurada pelos que desejam colher do amor físico os extremos de gozo, e não apenas o comum” (FREYRE, 2002, p. 1.241). Um dos resultados destas relações entre “os homens de raça pura e as mulheres de meio-sangue”, é destacado como, em certos casos, elemento de ascensão social (FREYRE, 2002, p. 1.241).

3 A dimensão sexual

A dimensão sexual, em Gilberto Freyre, foi sistematicamente trabalhada por Helena Bocayuva (2001) em sua dissertação de mestrado, que resultou no livro *Erotismo à brasileira: o excesso sexual na obra de Gilberto Freyre*, no qual a autora preo-

cupa-se em apontar que “a obra de Gilberto Freyre consolidou e difundiu a crença no excesso sexual, ainda vigente em nossos dias” (BOCAYUVA, 2001, p. 18). Nesse sentido, Bocayuva indica como o excesso sexual se desponta associado a diversas categorias, como as de raça, de gênero ou mesmo “às condições sociais pautadas pela colonização portuguesa, a economia açucareira e à escravidão” (BOCAYUVA, 2001, p. 21).

De fato, Freyre aborda, em muitas passagens de *Casa-grande & senzala*, o processo da “sifilização” brasileira, dado que aponta a sífilis como “a doença por excelência das casas-grandes e senzalas” (FREYRE, 2002, p. 191). Era a doença “a que o filho do senhor de engenho contraía quase brincando entre negras e mulatas ao desvirginar-se precocemente aos doze ou aos treze anos” (FREYRE, 2002, p. 191). A marca da sífilis significava um *ethos* da masculinidade, pois sem esta o “menino donzelão” seria “ridicularizado por não conhecer mulher”. Citando Martius, descreve que o brasileiro ostentava a marca da sífilis “como quem ostentasse uma ferida de guerra” (FREYRE, 2002, p. 191). Segundo Freyre,

Costuma dizer-se que a civilização e a sifilização andam juntas: o Brasil, entretanto, parece ter-se sifilizado antes de se haver civilizado. Os primeiros europeus aqui chegados desapareceram na massa indígena quase sem deixar sobre ela outro traço europeizante além das manchas de mestiçagem e de sífilis (FREYRE, 2002, p. 191).

Esse processo de sifilização, através do intercuro sexual entre o conquistador europeu e a mulher índia, que depois se estenderia às relações dos senhores com as escravas negras, aponta Freyre, resultou em circunstâncias desfavoráveis à mulher: “uma espécie de sadismo do branco e de masoquismo da índia ou da negra terá predominado nas relações sexuais como nas sociais

do europeu com as mulheres das raças submetidas ao seu domínio” (FREYRE, 2002, p. 194). Conforme a análise freireana, este sadismo de conquistador para conquistado, de senhor sobre escravo, se estendeu para todas as esferas da vida social brasileira. Estando “ligado naturalmente à circunstância econômica da nossa formação patriarcal”, resultou no fato de a “mulher ser tantas vezes vítima inerme do domínio e do abuso do homem; criatura reprimida sexual e socialmente dentro da sombra do pai ou do marido” (FREYRE, 2002, p. 195). Freyre também adverte sobre o sadismo das próprias mulheres do senhor de engenho contra os escravos, “principalmente sobre as mulatas; com relação a estas, por ciúme ou inveja sexual” (FREYRE, 2002, p. 195). Em uma nota de rodapé, Freyre escreve

Não deve ficar sem reparo o fato de, num país por longos séculos de escravos e de mulheres recalçadas pela extrema pressão masculina, o culto dominante entre a maioria católica ser o masoquista, sentimental, do Coração de Jesus. É comum entre os poetas um como exibicionismo do coração sofredor. A nossa literatura amorosa, tanto quanto a devocional e mística, está cheia de corações a sangrarem voluptuosamente; ou então magoados, doloridos, feridos, amargurados, dilacerados, em chamas. etc. etc (FREYRE, 2002, p. 227).

Outra referência analítica importante sobre a condição feminina na obra de Gilberto Freyre é a de Fátima Quintas, autora de *Sexo à moda patriarcal: o feminino e o masculino em Gilberto Freyre* (2008), que analisou, nesta publicação, inicialmente, a população feminina nativa, atentando para o cenário de “intoxicação sexual” que gerou a desagregação dos valores autóctones. Esta autora descreve, no referido livro, a condição feminina e masculina da população autóctone, revelando os seus ritos de iniciação – como a *couvade* e o *baito* - e sua complexidade para além da mera dualidade

de papéis de gênero. Vale lembrar: no ritual *couvade* (do francês “couver” – incubar), o homem tem participação ativa no parto (fica de resguardo, simula dores ou se veste de mulher). O ritual *baito* (a casa secreta dos homens) refere-se às provas de iniciação do adolescente masculino à fase adulta.

Na segunda parte de seu trabalho, entra em cena a mulher portuguesa nos tempos da Casa-grande. Neste cenário, se encontravam as *sinhazinhas*, as *iaiás solteironas*, as mulheres *recônditas*, na condição de isolamento e repressão para quem, em comparação aos homens, a vida lhes reservara as mais cruéis desventuras: a repressão sexual, a condição submissa, o envelhecimento precoce. Na terceira parte do referido livro, Quintas dedicou atenção para a mulher negra, discutindo, entre outros temas, a sexualidade da mulata, a relação entre negritude e cristianismo e o papel social da mãe-preta.

Ao longo de suas páginas, a análise de Quintas (2008) se vale de títulos mais específicos de Freyre, como *Casa-grande & senzala*, *Sobrados e mucambos*, *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*, *Modos de homem, modas de mulher* e *Oh de casa!* De maneira bem sucedida, a autora afirma que

Freyre antecipou-se na noção de gênero ao ‘eliminar’ a dimensão unilateral e apenas biológica do sexo. Assinalou a dialética homem-mulher, elaborando uma construção relacional numa época em que ninguém designava a ‘encruzilhada’ dos confrontos sexuais. Sexuais, portanto, de gênero masculino e feminino (QUINTAS, 2008, p. 164).

Uma ousadia: a afirmação de Freyre como um autor “feminista”. Em suas palavras, “feminista porque denunciador de uma sociedade patriarcal embasada num dualismo entre macho e fêmea”, cuja concepção está atrelada à “denúncia antropológica da situação subalterna da mulher” (QUINTAS, 2008, p. 165).

4 Opressão, confinamento, casamento e lei de subordinação

Freyre observou uma tendência para a perda precoce da vivacidade por parte das mulheres brancas no Brasil colonial, muito pela corriqueira situação de confinamento. As modinhas de engenho do Brasil serviram como fonte para o autor dissertar sobre a condição feminina. Freyre aponta que “nem todas as modinhas celebravam o quindim das mulatas das senzalas; muitas exaltavam as iaiás das casas-grandes, filhas de senhor de engenho” (FREYRE, 2002, p. 446). As modinhas exaltavam as “meninas de doze, treze, quatorze anos”, “Anjos louros”, “Santas imaculadas”, “Pálidas madonas”, “Marias do Céu”, “Marias da Graça”, “Marias das Dores”, “Marias da Glória” (FREYRE, 2002, p. 446).

Freyre também descreve que as meninas deixavam de ser crianças “desde o dia da primeira comunhão” e “tornavam-se sinhás-moças”. O dia da primeira comunhão “era um grande dia. Maior só o do casamento” (FREYRE, 2002, p. 446). O casamento, geralmente realizado muito precocemente, resultava em muitos filhos, e a vida reclusa permanecia depois dele. Citando o relato de Mrs. Kinderley, uma inglesa que estivera no Brasil, Freyre descreve que esta registrara que “as brasileiras envelheciam depressa; seu rosto tornava-se logo de um amarelo doentio” (FREYRE, 2002, p. 447).

O casamento precoce das mulheres foi um costume geral no Brasil: “aos doze, treze, quatorze anos. Com filha solteira de quinze anos dentro de casa já começavam os pais a se inquietar e a fazer promessas a Santo Antônio ou São João. Antes dos vinte anos, estava a moça solteirona” (FREYRE, 2002, p. 448).

Em *Sobrados e mucambos*, um aspecto notável ressaltado pelo autor diz respeito ao amparo da lei à sujeição da mulher ao homem no Brasil patriarcal. Com base em alguns relatos de viajantes estrangeiros, tal

como o do alemão Hermann Burmeister, Freyre destacou que

[...] muitos brasileiros internam suas mulheres sem plausível razão, durante anos, num claustro simplesmente a fim de viverem tanto mais a seu gosto na sua casa com uma amante. A lei presta auxílio a este abuso; quem quer se livrar da própria esposa, vai à polícia e faz levá-la ao convento pelos funcionários, desde que pague o custo de suas despesas (FREYRE, 2002, p. 835).

O mestre de Apipucos registrou que “a lei favoreceu por todos os lados a subordinação da mulher ao homem” (FREYRE, 2002, p. 835), não somente ao longo de todo período de patriarcalismo, mas também durante sua primeira fase de declínio, e complementaria sua afirmação apontando que “a mulher semipatriarcal de sobrado continuou abusada pelo pai e pelo marido. Menos, porém, que dentro das casas-grandes de fazenda e de engenho” (FREYRE, 2002, p. 835).

Por outro lado, ressaltou a figura da solteirona como sendo, talvez, “a maior vítima do patriarcalismo em declínio”, tal como pode ser verificado em seu registro:

Abusada não só pelos homens, como pelas mulheres casadas. Era ela quem nos dias comuns como nos de festa ficava em casa o tempo todo, meio governante, meio parente-pobre, tomando conta dos meninos, botando sentido nas escravas, cosendo, cerzindo meia, enquanto as casadas e as moças casaduras iam ao teatro ou à igreja. Nos dias de aniversário ou de batizado, quase não aparecia às visitas: ficava pela cozinha, pela copa, pelos quartos ajudando a enfeitar os pratos e preparar os doces, a dar banho nos meninos, a vestilos para a festa [...]. Sua situação de dependência econômica absoluta fazia dela a criatura mais obediente da casa. Obedecendo até as meninas e hesitando em dar ordens mais severas às mucamas (FREYRE, 2002, p. 836).

A opressão da mulher, em tempo de decadência do patriarcado, culminou em situações de adultérios. Freyre destacou as figuras do padre e do médico de família como participantes nos casos de adultérios por parte das mulheres, apontando que

A mulher do sobrado foi encontrando no doutor uma figura prestigiosa de homem em quem repousar da do marido e da do padre, a confissão das doenças, de dores, de intimidades do corpo oferecendo-lhe um meio agradável de desafogar-se da opressão patriarcal e da clerical (FREYRE, 2002, p. 830).

Dessa maneira, Freyre (2002, p. 830) chegou a apontar que “a figura do padre *donjuan* foi sendo substituída pela do médico”.

Ao tratar do intercuro sexual de brancos com escravas negras e mulatas, Freyre chamou atenção para que tal envolvimento tenha resultado na “grossa multidão de filhos ilegítimos – mulatinhos criados muitas vezes com a prole legítima, dentro do liberal patriarcalismo das casas-grandes; outros à sombra dos engenhos de frades; ou então nas ‘rodas’ e orfanatos” (FREYRE, 2002, p. 529). O autor faz também outras abordagens sobre a maternidade, que merecem destaque.

5 Maternidade

Freyre abordou a questão da maternidade no Brasil colônia descrevendo as condições em que se efetuava e apontando para a importância social das amas de leite: “de Portugal transmitira-se ao Brasil o costume das mães ricas não amamentarem os filhos, confiando-os ao peito das saloias ou escravas” (FREYRE, 2002, p. 459). Contestado Júlio Dantas, que, em um estudo sobre Portugal, atribui tal fato à moda, Freyre aponta que “o que houve, entre nós, foi impossibilidade física das mães de atende-

rem a esse primeiro dever de maternidade” (FREYRE, 2002, p. 459). Pelo fato de se casarem ainda meninas, algumas se tornariam

Fisicamente incapazes de ser mães em toda a plenitude. Casadas sucediam-se nelas os partos. Um filho atrás do outro. Um doloroso e contínuo esforço de multiplicação. Filhos muitas vezes nascidos mortos – anjos que iam logo se enterrar em caixões azuis. Outros que se salvavam da morte por milagre. Mas todos deixando as mães uns molambos de gente (FREYRE, 2002, p. 460).

A morbidade feminina era muito alta, e grande parte das enfermidades ocorriam em função da gravidez ou do parto. Descreve Freyre que “muitas noivas de quinze anos morriam logo depois de casadas. Meninas. [...] Sem se arredondarem em matronas obesas; sem criarem buço; sem murcharem em velhinhas de trinta ou quarenta anos” (FREYRE, 2002, p. 451). Era frequente a morte de parto, que vitimava as mulheres “sem tempo de criarem nem o primeiro filho. Sem provarem o gosto de ninar uma criança de verdade em vez dos bebês de pano, feitos pelas negras de restos de vestidos. Ficava então o menino para as mucamas criarem” (FREYRE, 2002, p. 451).

Freyre apontou que nossos antepassados raramente tiveram a oportunidade de se poder acompanhar da mesma esposa até a velhice, pois “eram elas que apesar de mais moças iam morrendo; e eles casando com irmãs mais novas ou primas da primeira mulher”. Era comum a existência de homens que se casavam três ou quatro vezes, tornando-se pais de numerosa prole, ao que Freyre aponta que “essa multiplicação de gente se fazia à custa do sacrifício das mulheres, verdadeiras mártires em que o esforço de gerar, consumindo primeiro a mocidade, logo consumia a vida” (FREYRE, 2002, p. 460).

6 Tempos de mudanças sociais

Desse painel traçado por Gilberto Freyre sobre a sociedade patriarcal brasileira, ao tratar da transição de um regime político para outro – do Império à República – em *Ordem e Progresso* (1959), o autor advertiria que tal transição não implica necessariamente uma brusca mudança social. Seguindo tal princípio, ressaltou a permanência da tradição na sociedade brasileira. No Brasil republicano, persiste a articulação entre o tradicional e o moderno, o velho e o novo, o urbano e o rural – tema já abordado em *Sobrados e Mucambos*. Nos depoimentos colhidos para a elaboração desta sua terceira parte da história da sociedade patriarcal, observou as transformações de gênero, sem cair na fácil tentação da afirmação de que o processo de modernização social culminaria, inevitavelmente, em mudanças de valores.

Aspecto notável em Freyre é o fato de este autor não perder de vista a dimensão do caráter ambíguo de uma sociedade complexa como a brasileira. Em *Ordem e Progresso*, apontou para uma condição de mudança política no Brasil, que não implica necessariamente mudanças radicais no que diz respeito ao ordenamento cultural aqui sedimentado. Porém, esteve sempre atento às transformações sociais, abordando a questão da mulher nos três tempos históricos no Brasil.

Ao apontar para a hierarquização de papéis de gênero, Freyre observou que, mesmo com as transformações sociais – com os processos de modernização e urbanização –, mantiveram-se os estereótipos da masculinidade. As mulheres, porém, mudaram bastante. Nesse sentido, sua leitura é carregada de considerável atualidade, já que, neste caso, no processo de negociação social marcado pela luta das mulheres por seus direitos, podemos observar que as conquistas femininas tendem a ser maiores, já que o estereótipo masculino se manteve

sedimentado. O autor problematiza o gênero em um viés de valores e moralidade, através da leitura de percepções e práticas da vida cotidiana para se pensar a mudança social.

Freyre faz referências a importantes mulheres que se destacaram na luta pelas conquistas feministas, ainda que em curtas passagens. Em *Sobrados e Mucambos*, contesta o crítico Aderbal Jurema, que escrevera que, durante o Segundo Reinado, mesmo “vigiado de perto” pelos patriarcas, o “talento feminino começou a brilhar” entre nós. A contestação de Freyre se dá no sentido de apontar para que “esse começo de brilho da inteligência feminina nos salões patriarcais do Brasil data do Primeiro Reinado e até da época colonial” e exemplifica citando Maria Graham, escritora, viajante e desenhista inglesa (FREYRE, 2002, p. 705).

Entretanto, o autor fez ponderações advertindo para a incipiente participação da mulher na vida intelectual ainda no Brasil Imperial: “O que houve foi uma ou outra flor de estufa. Tanto que Nísia Floresta seria um escândalo para a sociedade brasileira do seu tempo (FREYRE, 2002, p. 705). Ainda tratando de Nísia Floresta, em outras passagens do livro, repete que esta surgiu “como uma exceção escandalosa. Verdadeira *machona* entre as sinhazinhas dengosas do meado do século XIX” (FREYRE, 2002, p. 820). Ao descrevermos tal ponderação, é possível perceber que Freyre procurou ressaltar que as mulheres mereciam ter uma participação maior na vida intelectual. Quando surgia alguma mulher em posição de vanguarda em seu tempo, argumentou que estas seriam raras:

Nas letras, já nos fins do século XIX, apareceu uma Narcisa Amália. Depois, uma Carmen Dolores. Ainda mais tarde, uma Júlia Lopes de Almeida. Antes delas, quase só houve bacharelas medíocres, solteironas pedantes ou simplórias, uma ou outra mulher afrancesada, algumas das quais colaboradoras do *Almanaque de*

Lembranças Luso-Brasileiro. E assim mesmo foram raras (FREYRE, 2002, p. 820).

Nestas passagens, observa-se a atenção dada por Freyre ao surgimento de mulheres com perfis diferenciados daquelas outras submissas, que viviam nos espaços das casas-grandes e sobrados. Citou o padre Lopes Gama, defensor da “dona de casa ortodoxamente patriarcal”, que bradava contra “as senhoras afrancesadas da primeira metade do século XIX”, como se estas fossem “pecadoras terríveis” (FREYRE, 2002, p. 820). Destacou o fato de que, ainda que timidamente, já havia começado a despontar outro tipo de mulher, marcado por um perfil característico,

Menos servil e mais mundano; acordando tarde por ter ido ao teatro ou a algum baile; lendo romance; olhando a rua da janela ou da varanda; levando duas horas no toucador ‘a preparar a charola da cabeça’; outras tantas horas no piano, estudando a lição de música; e ainda outras, na lição de francês ou na de dança. Muito menos devoção religiosa do que antigamente. Menos confessoriano. Menos conversa com as mucamas. Menos história da carochinha contada pela negra velha. E mais romance. O médico da família mais poderoso que o confessor. O teatro seduzindo a mulher elegante mais que a igreja. O próprio ‘baile mascarado’ atraindo senhoras de sobrado (FREYRE, 2002, p. 821).

Escritoras como Carmen Dolores e Júlia Lopes de Almeida voltam a ser citadas positivamente em *Ordem e Progresso*: “em quem a sensibilidade feminina não matava o espírito crítico” (FREYRE, 1959, p. 287). Berta Lutz também é lembrada como “a primeira feminista brasileira a agitar com inteligência o problema dos *direitos políticos da mulher*” (FREYRE, 1959, p. 645). Em longa nota, que ocupa mais de duas páginas, Freyre descreve depoimentos de entrevistados e entrevistadas sobre

“a questão dos direitos (políticos e civis) da mulher”, com predominância evidente de opiniões desfavoráveis à luta feminista, inclusive das próprias mulheres, e alguns poucos depoimentos de homens que viam com simpatia a batalha das mulheres pela emancipação (1959).

O diferencial em Gilberto Freyre, com relação a diversos autores que deixaram algum registro sobre as mulheres no Brasil, é que o Mestre de Apipucos, ao constatar a opressão feminina, vestiu a camisa da indignação contra esta opressão, criticando teorias naturalizadoras dos papéis de gênero. O autor ressaltou a contribuição cultural para a conformação e cristalização dos papéis masculino e feminino na sociedade brasileira. Ao penetrar na seara da discussão sobre as diferenças entre os sexos, critica as ideias predominantes, em seu tempo, da superioridade masculina em detrimento da inferioridade feminina, destacando que tais ideias encontravam seu paralelo nas teorias sobre raça, então vigentes (FREYRE, 2002, p. 817).

Outro fato positivo nas análises de Freyre é sua visão plural acerca das mulheres e a atenção dada aos mais diferenciados perfis femininos, não se concentrando apenas na mulher branca da casa-grande, mas destacando o papel da mulher negra e índia na formação da sociedade brasileira.

O autor também observou de maneira adequada que, a despeito das transformações políticas e sociais no Brasil, permaneceram as marcas de uma sociedade patriarcal, onde “os assuntos gerais eram tratados não só de ponto de vista inteiramente masculino como por processos mentais e psíquicos quase exclusivamente masculinos” (FREYRE, 2002, p. 820), ainda que o Brasil estivesse entrado em sua fase urbanizada e moderna.

O país, agora uma República, a pretexto de tantas mudanças, permanece seguindo velhas tradições sedimentadas pela cultura patriarcal aqui desenvolvida. Dessa

maneira, a obra de Gilberto Freyre é importante pelo seu pioneirismo para a discussão sobre as mulheres no Brasil e no tratamento da dimensão do patriarcado como um conceito fundamental para os estudos de gêneros e para a compreensão da sociedade brasileira.

Referências bibliográficas

ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

AGUIAR, N. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Sociedade e Estado**, Universidade de Brasília, v. 15, n. 2, p. 303-330, 2002.

BOCAYUVA, H. **Erotismo à brasileira: o excesso sexual na obra de Gilberto Freyre**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

FREYRE, G. Casa-grande & senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. In: SANTIAGO, S. (Coord.). **Intérpretes do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. p. 105-645.

_____. Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. In: SANTIAGO, S. (Coord.). **Intérpretes do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. p. 647-1379.

_____. **Ordem e progresso: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. 2. v.

LENGERMANN, P.M.; NIEBRUGGE-BRUNTLEY, J. Teoria feminista contemporânea. In: RITZER, G. **Teoria sociológica moderna**. Madrid: McGraw-Hill/Interamericana de España, 2002. p. 379-442.

MACHADO, L. Z. **Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?** Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie284-empdf>>. Acesso em: 14 fev. 2008. (Série Antropologia.)

PATEMAN, C. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

QUINTAS, F. **Sexo à moda patriarcal: o feminino e o masculino em Gilberto Freyre**. São Paulo: Global, 2008.

RUBIN, G. The traffic in Women. In: REITER, R. (Ed.). **Toward an anthropology of women**. Tradução por SOS Corpo e Cidadania. New York: Monthly Review Press, 1975. p. 157- 210.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem à província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, província cisplatina e missões do Paraguai**. São Paulo: Martins, 1940.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 16, p. 5-22, jul./dez. 1990.